

PROJETO DE LEI Nº 032/21, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar servidores por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma que especifica.

ORLEI GIARETTA, PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Faço saber, que o Poder Legislativo Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar servidores por tempo determinado, para atender necessidade temporária de pessoal e de excepcional interesse público.

§ 1º - As contratações a que se refere este artigo, especificamente, atenderão situação excepcional, para cobertura de carga horária, relativamente à deficiência de 02 (dois) Agentes Comunitários de Saúde, em razão da Licença de 01 (um) Servidor Titular – Odacir Malacarne - para o Exercício do Cargo de Vice-Prefeito Municipal e do requerimento de exoneração formulado por outro Servidor Titular – Vilson Espedito Szablevski, apresentado e deferido em 05/04/2021.

§ 2º - As contratações serão pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogadas até os limites previstos na legislação, enquanto perdurarem as condições de excepcionalidade.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar as contratações, de que trata a presente Lei, mediante procedimento simplificado, garantida a publicidade e a fixação de critérios objetivos para a escolha.

Art. 3º - Poderão ser contratados(as) os seguintes cargos, conforme segue:

Cargo/Função Descrição	Horas Semanais	Nº. de Contratações	Vencimento Básico
Agente Comunitário de Saúde	40	02	R\$ 1.530,66

§ 1º - As contratações autorizadas pelo “caput” deste artigo, visam atender situação de necessidade temporária relativamente à função de 02 (dois) Agentes Comunitários de Saúde, para atuação nas regiões 02 (dois)

e 03 (três), na continuidade do desenvolvimento de Programas locais na área da saúde pública.

§ 2º - Os contratos de que trata o artigo anterior serão de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos aos contratados:

I – remuneração equivalente aos cargos de provimento efetivo, integrantes do Quadro de Provimento Efetivo do Município;

II – jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais; serviço extraordinário; repouso semanal remunerado; gratificação natalina proporcional e Benefício Alimentação;

III - férias proporcionais, ao término do contrato;

IV – inscrição no sistema oficial de previdência social.

Art. 4º - Assegurar-se-á aos contratados a revisão geral anual remuneratória incidente no quadro geral dos servidores municipais ou eventuais aumentos remuneratórios, na forma de lei específica.

Art. 5º - As contratações autorizadas pela presente Lei poderão ser canceladas a qualquer momento atendendo a demanda organizacional de pessoal ou ao interesse público.

Art. 6º - Os contratos vincular-se-ão ao Regime de Previdência do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, no local de costume, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO,
RS, aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e vinte e um.

ORLEI GIARETTA,
Prefeito Municipal.

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 032/21

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Senhores Vereadores:

Encaminha-se para análise e aprovação dessa Colenda Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 032/21, que trata da contratação de 02 (dois) Agentes Comunitários de Saúde, atendendo a demanda posta na área da saúde pública local, em decorrência da eleição do Servidor **ODACIR MALACARNE** para o Cargo de Vice-Prefeito Municipal, e da exoneração do Servidor **VILSON ESPEDITO SZABLEVSKI**, ocorrida em 05/04/2021, visando preservar a continuidade de Programas de relevante interesse comunitário.

Destacamos que nossa Legislação Municipal prevê que as Contratações Temporárias tenham prazo máximo de 02 (dois) anos cada, razão pela qual a contratação é autorizada inicialmente para o período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada até este limite de 02 (dois) anos.

Esgotado este período, caso ainda persista a necessidade, nova contratação deverá ser objeto de eventual nova deliberação do Poder Legislativo Municipal.

Assim, na certeza da costumeira atenção, roga-se pela aprovação do presente Projeto de Lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANO
PEIXOTO, RS, aos vinte e nove dias do mês de Junho de 2021.

ORLEI GIARETTA,
Prefeito Municipal.